COMPANHIA DE SERVIÇOS URBANOS DE NATAL – URBANA

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIO 2025

LUCIVANIA DE MELO SANTANA DIOGENES: 73665789400

LUCIVANIA DE MELO SANTANA DIOGENES:73665789400
C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado Digital PF A1, OU=Videoconferencia, OU=29056741000176, OU=AC SyngularID Multipla, CN=LUCIVANIA DE MELO SANTANA DIOGENES: 73665789400
Eu sou o autor deste documento
sua localização de assinatura aqui

L&M CONTADORES ASSOCIADOS
LUCIVÂNIA DE MELO SANTANA DIÓGENES
CRC/RN 6619/O-9

COMPANHIA DE SERVIÇOS URBANOS DE NATAL – URBANA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Acompanhadas do

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE AUDITORIA

LUCIVANIA DE MELO SANTANA DIOGENES: 73665789400

LUCIVANIA DE MELO SANTANA DIOGENES:73665789400
C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado Digital PF A1, OU=Videoconferencia, OU=29056741000176, OU=AC SyngularID Multipla, CN=LUCIVANIA DE MELO SANTANA DIOGENES:73665789400
Eu sou o autor deste documento
sua localização de assinatura aqui

L&M CONTADORES ASSOCIADOS
LUCIVÂNIA DE MELO SANTANA DIÓGENES
CRC/RN 6619/O-9

SUMÁRIO

Relatório dos Auditores Independentes

1.1 Opinião com Ressalva

1.2 Base para Opinião com Ressalva

1.3 Responsabilidades da Administração

1.4 Responsabilidades dos Auditores

1.5 Conclusão

1.1 Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Serviços Urbanos de Natal – URBANA **("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis relevantes.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção **"Base para Opinião com Ressalva"**, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às sociedades por ações e às entidades empresariais controladas pelo setor público.

1.2 Base para Opinião com Ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis".

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.

Consideramos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

A opinião é modificada em razão dos seguintes assuntos descritos a seguir:

1.2.1 Ausência de Avaliação de Risco em Depósitos Judiciais e Parcelamentos

As Notas Explicativas apresentam informações acerca de depósitos judiciais trabalhistas e cíveis, incluindo a existência de saldo de R**$ 16.145.171,96** para utilização posterior, bem como a informação de que permanecem em andamento diversas ações trabalhistas.

Entretanto, constatou-se a ausência de evidenciação adequada quanto aos critérios de avaliação das contingências judiciais, especialmente no que se refere a:

• classificação dos riscos de perda como provável, possível ou remota;

• mensuração das provisões constituídas, quando aplicável;

• estimativa de desembolsos futuros envolvidos nas demandas judiciais;

• conciliação entre os depósitos judiciais registrados no ativo e os passivos contingentes ou provisões correspondentes;

• movimentação das provisões no período e fundamentos utilizados pela administração e assessoria jurídica.

A ausência dessas informações limita a adequada mensuração e evidenciação das contingências, em desacordo com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, podendo resultar em distorções relevantes nos saldos patrimoniais e no resultado do exercício.

1.2.2 Omissão do Teste de Recuperabilidade (Impairment) no Ativo Imobilizado

As Notas Explicativas informam que o ativo imobilizado não foi submetido ao teste de recuperabilidade (impairment), apesar de haver recomendação expressa para tal procedimento, conforme trecho: “Sugestão e recomendação: contratação de empresa para a realização do teste de ajuste patrimonial”.

A omissão do teste de recuperabilidade está em desacordo com o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o qual estabelece que a entidade deve avaliar, ao menos anualmente, a existência de indicativos de perda no valor recuperável de seus ativos e, quando aplicável, reconhecer as respectivas perdas.

A ausência desse procedimento pode resultar na manutenção de ativos registrados por valores superiores aos seus valores recuperáveis, comprometendo a fidedignidade das demonstrações contábeis e podendo gerar distorções relevantes no patrimônio líquido e no resultado do exercício.

1.2.3 Inconsistências nos Estoques e Risco de Distorção Material

Os estoques registrados em 31/12/2025 apresentaram aumento global de 15,76% em relação ao exercício anterior. Entretanto, a composição interna evidencia oscilações relevantes entre grupos de contas, indicando risco de distorção material e necessidade de procedimentos adicionais de auditoria.

Destacam-se as seguintes variações:

- Fardamento: de R$ 9.188,08 para R$ 177.200,30 (+**1.829**%);

- Equipamentos e Utensílios: aumento de 342%;
- Material de Consumo: redução de 64,6%.

Conforme informado nas demonstrações:

“Os saldos são atualizados de acordo com o relatório de inventário da Companhia.”

Recomenda-se à Administração:

1. Realizar inventário físico integral, com reconciliação aos registros contábeis;
2. Aplicar teste de corte nas entradas e saídas próximas ao encerramento do exercício;
3. Revisar documentalmente as compras de fardamento, equipamentos e utensílios;
4. Segregar adequadamente itens de consumo e imobilizado;
5. Formalizar política de controle de almoxarifado e periodicidade de inventários rotativos.

1.3 Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de continuidade operacional da Companhia, divulgando,

quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, salvo se pretender liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tiver alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

1.4 Responsabilidade dos Auditores pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossa responsabilidade é obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta eventual distorção relevante existente.

Uma auditoria envolve, entre outros procedimentos:

• identificar e avaliar os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro;

• planejar e executar procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos;

• obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião;

• avaliar a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

• avaliar a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis.

Devido às limitações descritas na seção “Base para Opinião com Ressalva”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir sobre a

adequação dos valores apresentados em diversas contas relevantes das demonstrações contábeis.

1.5 Conclusão

Com base nos procedimentos de auditoria realizados e nas evidências obtidas, concluímos que os impactos das limitações e incertezas detalhadas neste relatório são relevantes, impedindo a emissão de uma opinião plena. Portanto, em estrita observância à **NBC TA 705**, emitimos nossa **opinião com ressalva**. Em nossa opinião, **exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção 'Base para Opinião com Ressalva'**, as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da URBANA em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis ao setor público.

LUCIVANIA DE MELO SANTANA DIOGENES: 73665789400

LUCIVANIA DE MELO SANTANA DIOGENES:73665789400
C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado Digital PF A1, OU=Videoconferencia, OU=29056741000176, OU=AC SyngularID Multipla, CN=LUCIVANIA DE MELO SANTANA DIOGENES: 73665789400
Eu sou o autor deste documento
sua localização de assinatura aqui

LUCIVÂNIA DE MELO SANTANA DIÓGENES
CONTADORA CRC/RN 6619/O-9